



DESINFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA DO JORNAL NACIONAL DURANTE A ENCHENTE NO RIO GRANDE DO SUL EM 2024

Luis Gustavo Casagrande Pedro Miguel¹

Lize Búrigo²

Resumo: A proposta deste artigo é verificar como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, estruturou a cobertura jornalística diante da desinformação e das *fake news* durante a enchente do Rio Grande do Sul em 2024 e quais estratégias adotou para preservar a credibilidade da informação. O estudo está delimitado no período mais crítico da enchente, entre 6 de maio e 15 de maio de 2024. Para isso, tem-se como objetivos específicos destacar o conceito de notícia e os critérios de noticiabilidade; compreender a definição de desinformação e *fake news* no jornalismo; refletir sobre o papel do jornalismo e a importância da checagem da informação; resgatar o histórico do objeto de análise, no caso o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão; contextualizar a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 e, por fim, realizar a análise da programação do JN e posteriormente entrevista com Tomás Absalão, editor de Geral do JN. A proposta está fundamentada nas ideias de Jorge (2008), Traquina (2005), Wolf (1987), Bucci (2022), Castilho (2022), Oliveira (2024), Campos (2018) e Bonner (2009). Este trabalho tem como natureza básica, a abordagem qualitativa, e os objetivos são exploratórios, pois realizou-se entrevista com editor chefe do JN, levantamento bibliográfico, por meio de artigos científicos, livros e revistas. O estudo conteve recortes das edições do telejornal no período citado. Identificou-se que a escolha editorial do telejornal foi criteriosa no processo dos valores notícia, selecionando fatos relevantes, produzindo reportagens por meio de fontes fidedignas após muita checagem, preservando a credibilidade da informação. Desse modo, o JN estruturou sua cobertura para combater mentiras e notícias distorcidas espalhadas na época. Outro princípio foi a humanização da cobertura, ao destacar os necessitados que tiveram voz ativa na programação.

Palavras-chave: Jornal Nacional. Enchente Rio Grande do Sul. *Fake news*. Desinformação. Checagem.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2024, o estado do Rio Grande do Sul (RS) sofreu um dos piores desastres naturais de sua história. No mês de abril, volumes constantes de chuva deixaram rastros de destruição e uma das primeiras cidades impactadas foi Santa Cruz do Sul, no centro do estado, uma tragédia que se agravou no dia 27 daquele mês. Poucos dias depois, a água se estendeu para mais de 400 municípios do

¹ Graduando em Jornalismo no semestre letivo de 2025-01. E-mail: luismiguel20040701@gmail.com

² Jornalista e professora mestre do Centro Universitário UniSatc. E-mail: lizeburigoo@gmail.com



território gaúcho. Na época, as bacias dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí ficaram sobrecarregadas e acabaram transbordando. A catástrofe tirou a vida de 184 pessoas, deixando 25 desaparecidas, 800 feridas e 600 mil gaúchos tiveram que abandonar suas casas.

Em meio a tanta desgraça, o jornalismo foi fundamental na busca, seleção e divulgação de notícias. Mas na contramão do trabalho sério dos jornalistas houve uma enxurrada de desinformação para confundir e manipular, e de *fakes news*, informações falsas. Apesar destas práticas parecerem algo novo no ecossistema da informação, já existem desde nossos antepassados. Marco Aurélio Rocha (2020) relembra que o general romano Marco Antônio tirou a própria vida devido a uma falsa notícia de que sua mulher, Cleópatra, tinha ceifado sua própria vida. A diferença para os dias atuais é a velocidade como a desinformação e as *fake news* se propagam, ainda mais após o surgimento da internet e posteriormente das redes sociais.

No período da enchente em terras gaúchas, tanto o jornalismo local quanto o nacional foram de extrema relevância para registrar, cobrar providências e, ao mesmo tempo, pedir auxílio para a população. Mas não bastava informar, muitas vezes era preciso desmentir notícias manipuladas ou falsas e trazer a realidade sobre a situação. Visto isso, a pergunta-problema deste trabalho é: como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, estruturou a cobertura jornalística diante da desinformação e das *fake news* durante a enchente do Rio Grande do Sul em 2024 e quais estratégias adotou para preservar a credibilidade da informação?

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral averiguar a cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo no período mais crítico da enchente no estado gaúcho, entre 6 de maio e 15 de maio de 2024, com a intenção de identificar como o noticiário lidou com a desinformação e as *fake news*. Tratando-se dos objetivos específicos, são eles: destacar o conceito de notícia e os critérios de noticiabilidade; compreender a definição de desinformação e *fake news* no jornalismo; refletir sobre o papel do jornalismo e a importância da checagem da informação; resgatar o histórico do objeto de análise, no caso a programação do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão; relembrar a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 e, por fim, analisar a programação do JN alinhada à entrevista com Tomás Absalão, editor de Geral do JN.

Este trabalho é de natureza básica, cujo objetivo é gerar conhecimento teórico, conforme Gil (2008). Quanto à abordagem, é qualitativa, por priorizar a compreensão de fenômenos sociais que não podem ser quantificados. Já os objetivos



são exploratórios embasados em entrevista, levantamento bibliográfico, contendo artigos científicos, livros e revistas especializadas. A metodologia proposta é um estudo de caso, tendo como objeto de análise a programação do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, a partir da observação de edições selecionadas e entrevista com Tomás Absalão, editor de Geral do telejornal.

A escolha do tema deste estudo justifica-se pela importância da checagem dos fatos no exercício jornalístico, especialmente em contextos de grande comoção pública, como a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul. A propagação de desinformação e notícias falsas compromete o papel informativo da imprensa e contraria os princípios fundamentais da notícia, como a veracidade e a precisão.

2 O CONCEITO DE NOTÍCIA E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

O significado da palavra “notícia”, segundo o dicionário, é a informação a respeito de acontecimento ou mudança recente. Etimologicamente o termo provém do Latim, “notitia”, e significa notoriedade, conhecimento de alguém, noção. Esse gênero textual jornalístico tem como objetivo relatar, narrar e informar sobre situações que aconteceram ou que vão acontecer. Por diferentes plataformas este conceito está no cotidiano da sociedade a cada momento que uma informação é acessada. Até mesmo na rua ou na fila de espera de uma consulta médica. Conforme Thais de Mendonça Jorge (2008):

Notícia é um acontecimento: mas nem todo acontecimento é notícia. Notícia é o inusitado: mas também os fatos banais podem ser notícia. Por exemplo, todos os dias pessoas nascem e morrem. Podemos perguntar: quando um fato banal como o ato de nascer ou morrer torna-se notícia? Notícia é o novo, a novidade: mas nem só o novo é notícia (Jorge, 2008, p. 24).

Para a informação merecer um tratamento jornalístico e chegar ao público em forma de notícia, Traquina (2005) salienta que é necessário passar por um conjunto de fatores capaz de agir no processo de produção da notícia. Esse processo no âmbito da produção jornalística cerca-se de critérios de noticiabilidade que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, ou seja, valores notícia.

Esses valores notícia, de acordo com Wolf (1987), constituem resposta à seguinte pergunta: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? A questão referida por Wolf (1987) vem por meio da escolha do enfoque a ser dado,



uma escolha que, de acordo com Jorge (2008), na maioria das vezes é feita pelos editores e chefes de redação. Ainda segundo a autora, o que guia o repórter são os valores que ele identifica ao se deparar com os fatos e que nem sempre estão diante dos olhos.

Até inventarem e colocarem em uso o *interessômetro* (aparelho hipotético destinado a medir o grau de envolvimento das pessoas com determinados temas), repórter, redator e editor têm na cabeça alguns conceitos-padrão que ajudam na hora de selecionar uma fonte, de apontar um acontecimento como notícia. O valor-notícia é o ouro da notícia (Jorge, 2008, p. 26).

Traquina (2005) divide os processos de noticiabilidade, ou seja, os valores notícias em: **Seleção, Produção e Construção**. A seleção é o critério dos jornalistas que tal evento é digno de ser noticiado, e contém alguns fundamentos que Traquina (2005) destaca como critérios substantivos: se é algo novo; relevante; inusitado; sensacional; misterioso; se tem notoriedade ou proximidade. Sobre este processo seletivo Jorge (2008) simplifica que:

Novo, aquilo que não se conhecia ontem ou minutos atrás. Inusitado, se é estranho ou exótico. Sensacional, se apela às sensações. Misterioso, suscita questões e dúvidas. Notoriedade, no exemplo de pessoas famosas. E proximidade, se isso toca fisicamente, mental ou psicologicamente (Jorge, 2008, p. 20).

Na divisão de Traquina (2005), além dos critérios substantivos há os critérios contextuais de valores notícias, como morte, conflito, infração e escândalo.

Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou no écrans da televisão (Traquina, 2005, p. 79).

No processo de produção Traquina (2005) lista cinco critérios: disponibilidade (custos, recursos disponíveis); visualidade (que é a capacidade de um tema ser mostrado); equilíbrio (de fontes, espaço para notícia), a concorrência e o dia noticioso.

Em relação aos critérios de construção, na visão de Traquina (2005), funcionam como linhas mestres para exposição da notícia, sugerindo o que será acentuado, omitido e o que deverá ser prioritário na construção do acontecimento como notícia. São os processos de Simplificação (claro, conciso, objetivo) e Amplificação (o comunicador identifica o potencial de alcance da notícia).



2.1 DESINFORMAÇÃO

Compreender o significado da palavra desinformação faz-se necessário para não a associar apenas ao termo *fake news*, conhecido como a notícia falsa. Os conceitos de desinformação e *fake news* estão interligados, mas a desinformação não pode ser resumida somente a uma informação falsa. De acordo com o professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA, da Universidade de São Paulo (USP), Eugenio Bucci:

A desinformação consiste no perfeito oposto de tudo aquilo que temos entendido por informação. Onde esta pavimenta o caminho de acesso à verdade factual, aquela conduz à mentira, à ignorância dos fatos, ao apagamento da realidade e ao negacionismo. Se a informação invoca a razão no sujeito, a desinformação anestesia ou mesmo desativa a razão (Bucci, 2022, p. 11).

Em inglês, há três palavras para o fenômeno: *disinformation*, para informações falsas criadas com a intenção de causar dano; *misinformation*, para informações erradas divulgadas sem o objetivo de causar dano, e *malinformation*, para informações corretas, mas divulgadas de forma descontextualizada com o propósito de causar dano (TRE-GO, 2023, on-line).

Já para a Organização Pan-Americana da Saúde - 2020, órgão ligado à Unesco, "o termo ‘desinformação’ costuma ser usado para se referir a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas" (Unesco, 2018, apud TRE-RS, 2024). Na prática, o jornalista e professor doutor Carlos Castilho (2022), colaborador do “Observatório da Imprensa”, exemplifica que quando uma notícia é publicada em um jornal, ou nas redes sociais, ela é contada pela “forma como os editores, repórteres e articulistas veem e entendem estes mesmos dados, fatos e eventos”. Ainda segundo o autor,

O surgimento de um processo de desinformação é a existência de alguma base factual aceita por um considerável número de pessoas. Quando, por exemplo, as pessoas têm dúvidas sobre dados oficiais, a desinformação encontra um terreno fértil para se expandir. Esta desconfiança vem desde a era analógica, quando a informação era escassa e muitos governos abusaram do seu controle sobre os fluxos noticiosos para “plantar” na imprensa dados falsos ou distorcidos, apresentados como verdades inofensivas (Castilho, 2022, s/p).



Ou seja, uma distorção da realidade. O que a torna muito mais difícil de combater, visto que são necessários conhecimentos especializados para entender e desmantelar a forma e o lado como tal informação é passada (Castilho, 2022).

Atualmente, a disseminação da desinformação está diretamente ligada à evolução tecnológica e a crescente possibilidade de novas plataformas de interação. Para Rosendo (2024), a desinformação é um dos problemas sociais mais graves enfrentados atualmente. Ainda segundo a autora:

Podemos afirmar que vivemos a Era da Desinformação. O principal ingrediente que alimenta, dia após dia, a sobrevivência dessa patologia social são as redes sociais, que, se analisadas apenas como um meio de entretenimento, parecem inofensivas – ou, pelo menos, passam essa imagem a seus usuários (Rosendo, 2024, s/p).

Com as redes sociais a forma como as notícias manipuladas se espalham é muito rápida, pois existem mais usuários conectados tendo maior acesso às informações em geral. “Porém, pensemos criticamente, fora da caverna: as redes sociais são terras sem dono” (Rosendo, 2024, s/p).

Os canais de televisão e os usuários de mídia social ao redor do mundo que, em tempo real, acompanharam um milagre no México em 2017, quando as equipes de resgate tentaram libertar uma estudante, #FridaSofía, presa em escombros após um terremoto – apenas para descobrir que ela não existia. A história era falsa, embora talvez não fosse um caso de falsidade deliberada. No entanto, o jornalismo deve evitar tanto o erro quanto a falsificação. Nem toda falsidade nas notícias é fake news no sentido de desinformação, mas ambas são problemáticas para a capacidade da sociedade de entender o mundo (Ireton; Posetti, 2019, p. 77-78).

Ainda dentro da ampla definição da palavra desinformação, podemos dividir em três subtítulos, onde cada um diz sobre os tipos de desinformação. Podemos assim defini-los: **manipulação, parcialidade e incompreensão**. Prazeres e Ratier (2019) analisam em sua obra “O fake é fast? Velocidade, desinformação, qualidade do jornalismo e *media literacy*” o primeiro deles. Segundo os autores, a manipulação ocorre em informações intencionalmente falsas, em partes ou não,

publicadas no formato jornalístico com a intenção de enganar a audiência. Essa forma de enganação também se caracterizaria pela ausência de autoria ou autoria disfarçada, de modo a evitar implicações legais pela veiculação de informações inverídicas (Prazeres; Ratier, 2019, p. 90).



Ainda, a parcialidade diz sobre quem toma partido ao julgar a favor ou contra, tendo em conta sua preferência, sem se importar com a justiça ou com a verdade. Já a incompreensão, por definição, é a falta de capacidade para compreender ou perceber o significado de alguma coisa.

2.2 DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS

Na última década, muito se ouve falar sobre *fake news*, que traduzida para o português significa notícia falsa, ou seja, fato mentiroso ou falso. A mentira, por exemplo, conforme o jornalista e advogado Marco Aurélio Rocha (2020).

sempre acompanhou a humanidade. Quando Caim foi perguntado sobre Abel, respondeu: “acaso eu sou o guarda do meu irmão”? (Gn 4, 9-10). As Fake News não são exclusividade dos tempos modernos. O general romano Marco Antônio cometeu suicídio motivado pela falsa notícia que sua mulher, Cleópatra, havia ceifado sua própria vida (Rocha, 2020, s/p).

Conforme Bucci (2022, p. 10), “o avanço da humanidade e, especificamente, da tecnologia, fez com que o termo *fake news* ganhasse mais notoriedade, ou que ele fosse criado, pois muita gente começou a chamar *fake news* como sinônimo genérico de mentira”. Mas o autor destaca que o termo é ligado à modernidade:

Nada mais descabido. Sejamos minimamente lógicos. Não pode haver *fake news* sem antes de haver *news*, assim como não pode haver uma nota falsa de dólar antes de haver a cédula autêntica dessa moeda. As *fake news* são uma falsificação de forma, a forma notícia, e, só depois, fraudam o conteúdo. *Fake news* são um tipo historicamente datado de mentira. São uma criação do século XXI. Logo, não podia haver *fake news* no *Eden* de Adão e Eva ou nas pirâmides do Egito antigo (Bucci, 2022, p. 10).

E foi principalmente em 2016 que a expressão ganhou força mundialmente “com a corrida presidencial dos Estados Unidos, época em que conteúdos falsos sobre a candidata Hillary Clinton foram compartilhados de forma intensa pelos eleitores de Donald Trump” (Campos, 2018, s/p). As pessoas com menos escolaridade e aquelas que utilizaram somente as redes sociais para se informar acabaram sendo os principais alvos. “No entanto, as notícias falsas também podem alcançar pessoas com mais estudo, já que o conteúdo está comumente ligado ao viés político” (Campos, 2018, s/p).



Se antes citamos as eleições norte-americanas como exemplo, agora podemos colocar em pauta as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Segundo a jornalista Andressa Oliveira (2024), “com o tecido social fragilizado pelas polarizações, 2018 foi o ano em que Jair Messias Bolsonaro se tornou o 38º presidente do Brasil com uma campanha eleitoral organizada a partir das redes sociais”. Um espaço - como citado inúmeras vezes - extremamente propício para o crescimento das *fake news* e desinformação. Naquele ano, “a interferência direta de mensagens via WhatsApp facilitava a propagação de *fake news*” (Oliveira, 2024, s/p). Ainda conforme Oliveira,

a desinformação atingiu um patamar tão alto, que compartilhar informações falsas passou a ser visto como uma tática para fortalecer candidatos. Diante desse breve panorama histórico, os últimos seis anos da política brasileira foram marcados pela ascensão e potencialização do discurso por meio das redes sociais, a desinformação em massa por meio de aplicativos e a polarização política que provocou violência extrema na sociedade (Oliveira, 2024, s/p).

Como citado pela autora, o termo desinformação está muito associado às notícias falsas, ou seja, faz parte da estrutura das infundadas mentiras que são espalhadas pelos mais diferentes meios. Mas, afinal, por que as pessoas propagam e divulgam esse tipo de conteúdo? A resposta está no bolso. Segundo Campos (2018), um levantamento feito por veículos de comunicação mostra que as páginas de *fake news* alcançam mais interação dos usuários de redes sociais do que as de conteúdo jornalístico real. Ainda, “de 2017 a 2018, os veículos de comunicação tradicionais apresentaram queda de 17% em seu engajamento (interação), enquanto os propagadores de *fake news* tiveram um aumento de 61%” (Campos, 2018, s/p).

Outra ação no caminho da desinformação é a manipulação de imagens, a famosa montagem. Atualmente, tudo é muito visual, “por isso, uma foto manipulada ou fora de contexto pode ser facilmente divulgada como verdadeira” (Campos, 2018, s/p). A autora ainda traz um resgate histórico, que mostra como as raízes das notícias falsas foram plantadas há muito tempo. Segundo ela, “um exemplo é a intervenção em fotos oficiais do regime soviético, em meados do século XX. Uma foto de Stalin, em 1926, passou por duas alterações para excluir os inimigos políticos” (Campos, 2018, s/p), conforme mostra a figura 1.

Figura 1: À esquerda, foto original de Stalin com os dirigentes. À direita, cartão-postal a partir da foto editada



Fonte: Acervo de The David King Collection at Tate / BBC / Campos, 2018.

Por fim, Eugênio Bucci define que “se a informação precisa da velocidade para ser eficaz – seguindo, com isso, os preceitos da modernidade –, a desinformação se vale da velocidade para desfazer os fundamentos modernos da esfera pública” (Bucci, 2022, p. 11).

Alguns apontamentos ainda trazem uma relação com o conceito de desinformação, já que “muitas vezes a notícia não é propriamente falsa, mas sim descontextualizada” (TRE-GO, 2023, s/p). Na reportagem veiculada no site do tribunal a secretaria de Comunicação do TRE-SP, Eliana Passarelli, afirma:

Fake news é uma das formas de desinformação. Uma das suas características principais é que elas são divulgadas pela internet, usando o potencial de disseminação das redes sociais e dos programas de mensagens como o WhatsApp e o Telegram para alcançar um público amplo (TRE-GO, 2023, s/p).

Ou seja, toda *fake news* é uma desinformação, mas nem toda desinformação é uma *fake news*. A desinformação é o guarda-chuva, já a *fake news*, manipulação de imagens, entre outros, estão abaixo dele. Pessoas que estimulam a desinformação, ou são amordaçadas por ela, estão com uma arma poderosa na mão. Visto que isso pode “levar os leitores a erros e, com isso, provocar discussões infundadas e baseadas em argumentos inventados” (Silva, 2022, s/p). Por isso, se faz



necessário entender o papel que o jornalismo tem nesse cenário, principalmente na checagem de uma informação.

2.3 PAPEL DO JORNALISMO E A CHECAGEM DA INFORMAÇÃO

Um dos primeiros noticiários que se tem conhecimento é o *Acta Diurna* (59 a.C.), criado pelo imperador romano Júlio César, onde “as informações dispostas ali eram escritas em tábuas e fixadas nos muros das principais localidades do império” (Garabedian, 2020, s/p). Posteriormente, a criação da prensa por Gutemberg, em 1447, fez com que os jornais modernos surgissem.

Sinteticamente podemos definir jornalismo como o ofício de narrar os fatos do cotidiano com o objetivo de sua transmissão a um público heterogêneo e numeroso. Este trabalho implica a atividade de apuração, compreensão e organização factuais e, posteriormente, a elaboração de um texto claro, preciso e verdadeiro (Reis, 2007, p. 29).

Ou seja, o jornalista tem como missão observar e narrar os fatos que estão acontecendo. No tópico 2 deste trabalho, conceituamos o que é notícia e os valores que fazem um fato ser noticiado. Mas além disso, é importante ter a informação correta. Por isso, a checagem e a apuração são primordiais para a verdade. Felipe Pena (2005) aponta que

Até o começo do século XX, os jornais eram essencialmente opinativos. Não que a informação/notícia estivesse ausente das páginas. Mas a forma como era apresentada é que era diferente. As reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo explicitamente as posições dos jornais (e de seus donos) sobre os mais variados temas. As narrativas eram mais retóricas do que informativas (Pena, 2005, p. 41).

No Brasil, “um exemplo clássico foi a briga política entre os jornais *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e *Última Hora*, de Samuel Wainer, na década de 1950” (Pena, 2005, p. 41). Segundo o autor, o primeiro criticava o governo Getúlio Vargas, enquanto o outro defendia. Mas é justamente nessa época que o jornalista Pompeu de Souza traz o *lead* para o país, basicamente composto por seis perguntas: o que, quem, como, onde, quando e por que, traz um relato sintético do acontecimento logo no começo do texto (Pena, 2005). A partir daí, voltamos na checagem e apuração da informação.



Segundo Jorge (2008, p. 97), “seria muito fácil ser jornalista se o trabalho se limitasse a colher as notícias que chegam à redação, tiradas dos outros jornais, do rádio, da TV, do fax, comunicadas por telefone ou vindas pela internet”. Por isso a importância de checar se aquilo que foi comunicado ou ouvido é verdade. Além do mais, apurar essa informação, que consiste em colher os fatos, juntar todos os dados disponíveis sobre o acontecimento e por fim construir uma notícia (Jorge, 2008). Para a autora, só existem três formas de conseguir a informação: repórter in loco, entrevistas com os envolvidos ou fontes de informação e, por fim, fontes secundárias. Ela ainda define a apuração em cinco fases: observação, anotação e indexação, questionamento, organização dos apontamentos e avaliação.

Cada situação exige uma conduta diferenciada. A apuração é um trabalho de detalhe, conduzido pela curiosidade do repórter. Quanto mais informações tiver, mais segurança mostrará na hora de redigir o texto. Uma apuração falha se torna problemática diante do computador ou da máquina de escrever. Gene Miller, duas vezes ganhador do Prêmio Pulitzer, costumava dizer: “Se você está tendo problemas na hora de escrever, é porque você provavelmente precisa apurar melhor” (Jorge, 2008, p. 110).

Ou seja, é imprescindível que o repórter/redator saiba do que está falando. Afinal, ele “só consegue passar sua mensagem para a plateia se ele próprio tiver interesse e conhecimento acerca daquilo que está relatando” (Jorge, 2008, p. 110). E ainda mais que isso: ter veracidade no que está informando, fruto de sua checagem e apuração. E quando falamos de um telejornal responsável por passar a informação a um país inteiro? Esse é o caso do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, veículo de estudo do próximo tópico.

2.4 JORNAL NACIONAL, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO

O primeiro telejornal a ser transmitido em rede nacional tem nome: Jornal Nacional. Foi no dia 1º de setembro de 1969 que a Rede Globo de Televisão colocou no ar a primeira edição do JN. Segundo o Memória Globo (2024):

“O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil.” Foi assim que o apresentador Hilton Gomes abriu, às 19h45, a primeira edição do ‘Jornal Nacional’, no dia 1º de setembro de 1969. Em seguida, a voz de Cid Moreira anunciou: “Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias (Memória Globo, 2024).



“... e o *Boeing* decolou”, disse o então diretor de jornalismo da TV Globo, Armando Nogueira, na primeira página do roteiro daquele dia (Bonner, 2009, p. 7). Ainda conforme Bonner (2009), esse foi o jeito que Nogueira achou para resumir toda a dificuldade, tensão e cuidado que tiveram para colocar o primeiro telejornal nacional no ar, já que ele era apaixonado por aviões e até piloto de ultraleve nas horas vagas. Ainda conforme o Memória Globo (2024, s/p), “na edição de estreia, uma reviravolta na política era o principal assunto. O país seria entregue a uma junta militar por causa de um problema de saúde do presidente Costa e Silva. O anúncio foi feito pelo ministro Delfim Neto”.

Desde aquele dia, segundo o jornalista Elmo Francfort (2022), “a tradição do Jornal Nacional alavancou o telejornalismo global, virando referência”. Hoje, com 55 anos de história, o programa jornalístico ainda é presente na vida de milhões de brasileiros. O programa enfrentou desde cedo o estigma de alinhamento com os militares, já que, em sua estreia, a principal manchete informava que “o governo do país passava temporariamente ao controle dos três ministros militares, por causa da doença do Presidente da República, general Costa e Silva” (Vizeu; Siqueira, 2010, p. 60). Com isso, na época, o JN passou a representar um modelo de telejornalismo que ajudava a legitimar a ordem imposta pelo regime, sendo “altamente positivo ao regime e negativo das oposições” (Lins da Silva, 1981, p. 51, apud Vizeu; Siqueira, 2010, p. 64).

Durante o período mais intenso da censura, o JN e a TV Globo como um todo adotaram um modelo que conciliava neutralidade aparente com formalismo técnico. A emissora se afastava da realidade política brasileira, promovendo uma cobertura despolitizada, priorizando o entretenimento e reservando “os horários mais nobres para a lacrimosidade das telenovelas e o *riso non sense* de seus shows milionários” (Maia, 1977, apud Vizeu; Siqueira, 2010, p. 64). Mesmo após o fim da censura oficial, a autocensura permaneceu como prática editorial. A Globo “não conseguia apagar o estigma de sua vinculação com o governo — ainda sob o controle dos militares” (Lins da Silva, 1981, p. 51, apud Vizeu; Siqueira, 2010, p. 64). O próprio Armando Nogueira, então diretor da Central Globo de Jornalismo, reconhecia a dificuldade de romper com o modelo estabelecido durante a ditadura, afirmando que “o período ditatorial havia impedido a formação de profissionais para o exercício do jornalismo opinativo” (Carvalho, 1979-80, p. 38, apud Vizeu; Siqueira, 2010, p. 64).



O telejornal procura apresentar os temas abordados com uma linguagem que se encaixe no veículo. “Um texto claro, para ser compreendido ao ser ouvido uma única vez, ilustrado por imagens que despertem o interesse do público por eles - mesmo que não sejam temas de apelo popular imediato” (Bonner, 2009, p. 13).

De acordo com Bonner (2009), no jornalismo o furo é algo valioso porque atrai todas as atenções. Na busca por esse furo, o programa possui algumas peculiaridades que poucos outros veículos têm. Uma delas é o número de pessoas que buscam informações nele, visto que todo o Brasil tem acesso. Ou seja, até pessoas que não são alfabetizadas, ou não possuem internet, vão ter acesso à informação por meio do Jornal Nacional. Levando em consideração alguns fatores: segundo o Negócios Globo (2023), geograficamente está presente em 98,37% do território nacional, cobrindo 5.479 municípios brasileiros. Além disso, carrega a credibilidade de uma história de 55 anos.

Mas, afinal, qual o objetivo principal do jornal? Segundo o autor, é “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo” (Bonner, 2009, p. 18). O que se torna um desafio, quando pessoas de diversas idades, escolaridade, faixas socioeconômicas estão assistindo. Por isso, os temas factuais - que são aqueles assuntos que precisam ser ditos hoje - são a escolha primordial do JN. Segundo Bonner, o programa possui duas escolhas: factuais e os temas de atualidade, que podem ser publicados a qualquer dia. Bonner relatou que o programa possui, em média, 33 minutos líquidos, sem intervalo. Nesse tempo, mais ou menos 25 assuntos são noticiados. E eles aparecem de várias maneiras, seja em reportagens, entrevistas, notas ou entradas ao vivo.

Dito isso, uma das facilidades que o Jornal Nacional tem de cobrir assuntos factuais está na quantidade de profissionais espalhados pelo Brasil. No seu livro, Bonner traz um exemplo da tragédia de julho de 2007 no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Naquele momento, uns 40 minutos antes do Jornal Nacional entrar no ar, chegou para a redação a informação de que um avião estava em chamas ao lado do aeroporto. Segundo Bonner,

imediatamente, entramos no ar com um “plantão” - que interrompe o que quer que esteja em exibição. O caráter urgente da notícia justifica isso. Enquanto as informações vão sendo apuradas, e delineia-se um quadro preciso da extrema gravidade da situação, os assuntos que tinham tempo garantido no JN passam a ser reavaliados (Bonner, 2009, p. 25).



Não muito longe de Santa Catarina, uma tragédia climática devastou boa parte do Rio Grande do Sul em 2024, e o Jornal Nacional estava lá. A princípio a cobertura da Rede Globo sobre a enchente havia sido criticada, principalmente na noite de domingo, quando o programa “Fantástico” dedicou pouco espaço para as notícias sobre a catástrofe. Foram tantos comentários de desaprovação nas redes sociais que a emissora se viu obrigada a rever sua programação e reforçar a equipe de jornalistas no RS, contando principalmente com profissionais da afiliada da Globo no RS, a Rede Brasil Sul de Comunicação, RBS.

Em 2009, Bonner informou que a Globo tinha cinco emissoras de televisão próprias no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília e Belo Horizonte, bem como 118 emissoras de televisão afiliadas independentes que transmitem o sinal da TV Globo para 95% dos domicílios do Brasil, dados que o pesquisador atualizou por meio Atlas de Cobertura (2024).

Uma comprovação de que a Globo possui possibilidade de realizar uma grande cobertura em qualquer lugar do país e também fora dele, com os correspondentes

2.5 A TRAGÉDIA NO RIO GRANDE DO SUL

Em 2024, o Rio Grande do Sul (RS) vivenciou um dos piores desastres naturais de sua história. No mês de abril, as chuvas deixaram rastros de destruição, contabilizando 184 pessoas que perderam suas vidas na tragédia, segundo a Defesa Civil estadual. Rapidamente a água invadiu e arrasou quase todo o território gaúcho, atingindo 478 municípios. Uma das primeiras cidades a ser inundada foi Santa Cruz do Sul, no centro do estado, uma tragédia que se agravou no dia 27 daquele mês. As bacias dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí ficaram sobrecarregadas e acabaram transbordando. A catástrofe fez com que mais de 600 mil gaúchos abandonassem suas casas. Mais de 800 pessoas ficaram feridas e, atualmente, 25 seguem desaparecidas.

A mestra em Geografia na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Paloma Guitarrara (2024), aponta em seu artigo publicado no site BrasilEscola alguns fatores que contribuíram para que a enchente tivesse a proporção que tomou:



A umidade proveniente da Amazônia no fenômeno conhecido como rios voadores e a aproximação de frentes frias são duas causas naturais das chuvas no Rio Grande do Sul. Ambos os fenômenos foram potencializados pela ocorrência do El Niño, aquecimento anormal das águas do oceano Pacífico que causa transformações temporárias no padrão de circulação da atmosfera. O El Niño vigente teve início na segunda metade de 2023, e uma de suas consequências é, justamente, o aumento do volume de chuvas na região Sul do país (Guitarrara, 2024, s/p).

Guitarrara (2024) ainda aponta outros fatores ligados à tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024: as mudanças climáticas e o aquecimento global. Mas, além disso, a governança dos territórios. A velocidade com que o desastre correu o estado acende um alerta: como os governantes estão atuando para combater esse tipo de evento? A perda material gerou um prejuízo para mais de 90% do território gaúcho, segundo a Defesa Civil. Mas, além disso, “as pessoas atingidas também perderam itens de grande valor sentimental, o que configura uma parte importante de suas memórias afetivas” (Guitarrara, 2024, s/p).

O artigo publicado no Observatório da Imprensa pela geóloga e pesquisadora, mestre e doutora em Geociências com especialização em Jornalismo Científico, Talita Gantus de Oliveira, aborda a naturalização dos desastres climáticos. Conforme Oliveira (2025), entre 2012 e 2023, o Brasil investiu R\$ 15 bilhões em políticas públicas de respostas e recuperação de desastres. Um dado que se torna mais alarmante quando olhamos para o investimento em prevenção: apenas R\$ 7 bilhões. Segundo a pesquisadora:

essa disparidade destaca a importância de não se falar em culpa, mas em responsabilidade. Além disso, aponta para o fato de que há uma política de ausência do Estado brasileiro em relação à gestão de riscos – uma ausência de planejamento e de orçamento (Oliveira, 2025, s/p).

O tema faz a imprensa refletir sobre a cobrança por essa prevenção, mas o percentual de reportagens que cobre ações preventivas é bem menor das que tratam de noticiar quando o desastre acontece. Mas em um período tão crítico, como a tragédia do Rio Grande do Sul, a *fake news* e a desinformação foram grandes vilãs no trabalho do jornalista.

De acordo com artigo publicado pelo jornalista Rui Martins (2024), na época da enchente, no Observatório da Imprensa, assim que se confirmou a situação de calamidade pública no estado gaúcho “surgiu uma enxurrada virtual de *fake news* despejada na Internet para circularem pelas redes sociais” (Martins, 2024, s/p).

No próximo capítulo vamos analisar como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, lidou com as notícias falsas e com a desinformação e como isso impactou na produção do telejornal.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa buscou averiguar de que maneira o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, estruturou a cobertura jornalística diante da desinformação e das *fake news* durante a enchente do Rio Grande do Sul em 2024 e quais estratégias adotou para preservar a credibilidade da informação. O período escolhido para verificação da cobertura jornalística do JN foi entre 6 de maio e 15 de maio de 2024, considerado o ápice da enchente no estado gaúcho.

Foram analisadas mais de oito horas de conteúdo jornalístico, divididos em reportagens, notas e entradas ao vivo. Uma média de 20 publicações por edição. As edições foram assistidas na íntegra, disponibilizadas por meio do Globoplay. Para obtenção das informações adicionais foi entrevistado, no dia 12 de março de 2025, presencialmente, no estúdio da emissora na cidade do Rio de Janeiro, Tomás Absalão - Editor de Geral do Jornal Nacional (figura 2). A entrevista semiestruturada contou com perguntas formuladas em um prévio roteiro, adaptado conforme respostas do jornalista.

Figura 2: Tomás Absalão em sua mesa na redação do Jornal Nacional



Foto: Do Autor, 2025.



Tomás Absalão foi um dos primeiros jornalistas da TV Globo, deslocado do Rio de Janeiro exclusivamente para a cobertura da enchente no Rio Grande do Sul. Ele chegou no dia 6 de maio à base da afiliada da Rede Globo, RBS TV - Rede Brasil Sul de Televisão, em Porto Alegre, onde estava concentrada parte da equipe de cobertura da enchente. Tomás foi escolhido não somente por sua grande experiência no meio jornalístico, mas também pelo fato de ter familiares no estado gaúcho, condição que favoreceu deslocamento, conhecimento sobre a área geográfica da tragédia e fontes especializadas. Conforme Castilho (2022), o conhecimento do repórter é fundamental para entender e desmantelar a forma e o lado como uma informação é repassada.

Com uma enxurrada de informações e diversas situações acontecendo, foi preciso organizar o dia noticioso do Jornal Nacional. Conforme Traquina (2005), no âmbito da produção jornalística, é necessário passar por um conjunto de critérios e operações, ou seja, os fundamentos de noticiabilidade. São critérios de valores notícias que incluem **Seleção** dos acontecimentos, **Produção** e **Construção** da notícia. Destes, o critério de seleção, em tempos de crescente desinformação e fake news, no caso específico da enchente do Rio Grande do Sul, pôde ser considerado o mais desafiador, o que tornou trabalhosa a cobertura do JN, visto a quantidade de situações que estavam acontecendo e do risco iminente de informações manipuladas, distorcidas e muitas vezes mentirosas.

De acordo com Absalão, “era um bombardeio de informação. A gente acordava vendo notícias, ia dormir vendo notícias. E tinha as pessoas (do Rio), que também estavam de olho lá, onde tudo que acontecia”. Ainda segundo o editor, ele “recebia sugestões de pautas na redação e tinha ideias assistindo as entradas ao vivo dos jornais locais, pois os repórteres traziam muitas informações. Pois eles estavam em campo e eu ficava na redação”, lembrou Absalão. O jornalista recordou que muitas vezes, de manhã cedo, ele “recebia uma dezena de telefonemas dos repórteres “ó, eu quero ir pra tal lugar”.

O relato do editor vai ao encontro da afirmação de Jorge (2008), ao dizer que: a guia do repórter são os valores que ele identifica ao se deparar com os fatos e que nem sempre estão diante dos olhos. Ainda dentro do processo seletivo, Jorge (2008) destaca que em alguns casos o que é relevante vem por meio da escolha do enfoque a ser dado, na maioria das vezes pelos editores e chefes de redação, fato confirmado por Tomás: “A gente tinha muita informação e escolhia para onde correr”.



O entrevistado completa que “evidentemente que quando havia um pedido da direção, passava a ser prioridade, porque em meio a tanta desgraça, a direção estava com um olhar mais crítico e nos direcionava para cobertura de fatos com maior importância”.

No âmbito dos critérios substantivos de seleção, listados por Traquina (2005) como relevância, notabilidade, proximidade, notoriedade e atualidade, conforme Tomás, os editores do JN dividiram em três momentos: inicialmente, o objetivo era mostrar o estrago causado pela chuva, e posteriormente sensibilizar a audiência com intuito de pedir ajuda; além de evidenciar o trabalho de resgate. “Até por uma questão humanitária: vamos ajudar a salvar as pessoas, mostrar onde tem gente. Jogar luz sobre os problemas mais graves, para depois entrar nessa questão das denúncias”, explicou Tomás. No caso da enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024, tanto critérios substantivos quanto contextuais de valores notícia estavam presentes na cobertura, como: disponibilidade; visualidade; equilíbrio; a concorrência e o dia noticioso, estavam presentes no noticiário. Exemplificando, na enchente foram registradas 184 **mortes** (que é um valor notícia), sem contar as 25 pessoas que seguem desaparecidas. Critérios de **notoriedade** também foram identificados, por exemplo, quando cidadãos comuns viraram heróis ao salvar vidas e animais em risco, como o cavalo Caramelo, que se tornou celebridade no Jornal Nacional, ao ser resgatado do telhado de uma casa após dias ilhado naquele pequeno espaço.

Uma desgraça que surgiu de um evento **inesperado**, com **conflito** de interesses (outros dois exemplos de valores notícia), quando os governantes políticos viraram centro de polêmicas e acusações de despreparo, conforme revelou a doutora em Geociências Talita Oliveira (2025) ao publicar no Observatório de Imprensa a proporção desigual de investimentos em políticas públicas destinados à prevenção, comparada à recuperação de desastres. O assunto foi abordado durante a cobertura do Jornal Nacional na edição do dia 10 de maio de 2024, quando a reportagem do jornalista Pedro Bassan trouxe a prevenção contra esses tipos de desastres e como isso vem sendo arrastado pelos governantes. Especificamente sobre o Rio Grande do Sul, o repórter relembrou situações parecidas que o estado já sofreu, recordando a enchente histórica de 1941 e como ela foi superada em 2024, visto a falta de investimentos em prevenção.



Para esta análise, contextualizar como o processo de noticiabilidade durante toda seleção, produção e construção do JN foi importante. Perante um turbilhão de acontecimentos, o jornalismo tradicional enfrentou a concorrência desleal com as redes sociais, que durante a enchente no estado gaúcho propagaram muita desinformação associada às notícias falsas. Segundo Campos (2018), a propagação deste tipo de conteúdo reflete no bolso, pois um levantamento feito por veículos de comunicação mostra que as páginas de *fake news* alcançam mais interação dos usuários de redes sociais do que as de conteúdo jornalístico real.

Batalhar contra as inverdades publicadas trouxe ainda mais atribuições aos jornalistas, desafio já previsto em 2008, quando a jornalista e escritora Thais de Mendonça Jorge acenava que “seria muito fácil ser jornalista, se o trabalho se limitasse a colher as notícias que chegam à redação, tiradas dos outros jornais, do rádio, da TV, do fax, comunicadas por telefone ou vindas pela internet” (Jorge, 2008, p. 97). Por isso a checagem de um repórter atualmente tornou-se algo complexo, perante tanta desinformação e *fake news*. Ainda mais tratando-se do caráter emergencial que o Rio Grande do Sul enfrentava.

Para os editores do JN a estratégia foi se pautar por meio do que as equipes verificaram in loco, seguindo uma campanha com o pedido de ajuda em rede nacional. Este trabalho, conforme Reis (2007), implica a atividade de apuração, compreensão e organização dos factuais. *“No nosso entendimento, tinha uma ordem pras coisas acontecerem. Então primeiro vamos socorrer, vamos resgatar, vamos organizar, focar nos resgates que isso é que é mais importante”*, explicou o jornalista Tomás.

Desde a primeira edição com a ancoragem de William Bonner em Porto Alegre, exibida no dia 6 de maio de 2024, o Jornal Nacional mostrou para o Brasil quais eram as necessidades do Rio Grande do Sul. Em todas as edições o jornal atualizava os números de mortos, desaparecidos e atingidos. Reportagens humanizadas, ou nem tanto, contavam a história de quem perdeu tudo e, ao mesmo tempo, quem não media esforços para ajudar o próximo. Além disso, outros assuntos como esporte e guerra apareceram no JN durante as edições analisadas, firmando o objetivo do programa, que é segundo Bonner (2009) de “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo” (Bonner, 2009, p. 18).

Até o dia 9 de maio de 2024, quinta-feira, o JN não tocou no assunto *fake news* e desinformação. Conforme Tomás, a escolha de não desmentir *fake news* ou desinformações na primeira semana de cobertura foi resultado da análise dos



jornalistas perante o impacto que falar sobre aquele assunto iria causar na população. “*Nessas primeiras semanas, você dá uma notícia de que estão desviando donativos, que impacto isso vai causar em quem está doando? E quanto isso representa do todo? Representa muito pouco do todo*”. Conforme Absalão, “*mostrar o golpista é prejudicar a maior parcela da população que está realmente de fato ajudando e a outra que precisa da ajuda*”.

A exemplo disso, na edição do dia 9 de maio de 2024, o Jornal Nacional foi apresentado na parte superior de um navio da Marinha. Nesse dia, o JN mostrou como a Marinha estava fazendo para ajudar os gaúchos, com os donativos chegando pelo ar e sendo jogados nas cidades. Divulgou também o trabalho de voluntários de outras regiões do Brasil, e mostrou os atletas que nasceram no estado gaúcho, se unindo para ajudar o RS. Ainda na quinta-feira, como já mencionado no início da análise, o jornal acompanhou o resgate do cavalo Caramelo, que estava em cima de um telhado de uma casa, causando comoção entre os telespectadores. Além dele, a reportagem abordou os mais de 10 mil animais que estavam sendo resgatados. Nesse dia ainda era visível o estado de emergência e carência que a população enfrentava, por elementos básicos, como a água. As reportagens trouxeram com exatidão os números e as informações.

Conforme Tomás, para a execução e confirmação de determinados dados a principal busca foi realizada em fontes oficiais, como órgãos governamentais e a Defesa Civil, além das universidades que serviram de abrigo. Processo descrito por Jorge (2008), que destaca que a obtenção das informações podem vir por meio de entrevistas com os envolvidos, fontes de informação e, por fim, fontes secundárias.

Em 1985 Mauro Wolf já apontava em seus estudos que “pode existir apreensão do conteúdo, mas a escassa credibilidade da fonte seleciona a sua aceitação” (Wolf, 1987, p. 189). Esse princípio reflete o critério de apuração adotado pelo Jornal Nacional (JN). “*Não chegamos a dar com a cara na porta, por desinformação. A gente eliminou esse risco indo no oficial. Começa a vir versões da mesma história, daí você fica: peraí, qual é a nossa regrinha básica? Vamos no oficial. O que a Defesa Civil sabe dessa história?*”, relembrou o editor. Ainda segundo ele, houve um grande volume de desinformação e tentativas de aproveitadores de se beneficiar da tragédia. De acordo com artigo publicado pelo jornalista Rui Martins (2024) no Observatório de Imprensa, na época da enchente, “os boatos e mentiras



com o objetivo de atingirem o governo federal chegaram a criar problemas para o atendimento, socorro e envio de mantimentos para os sinistrados” (Martins, 2024, s/p).

A primeira vez que se falou em desinformação e *fake news* no JN, no período analisado, foi no dia 10 de maio de 2024. O JN desmentiu vídeos manipulados que circulavam nas redes sociais e contavam mentiras sobre a tragédia no RS. A descoberta veio por meio do serviço de checagem da Rede Globo, denominado “Fato ou Fake”, onde jornalistas de todo o grupo monitoram diariamente informações suspeitas. Rosendo (2024) analisa que estamos vivendo na era da desinformação e o que alimenta todos os dias essa patologia social são as redes sociais. A autora ainda alerta que “se analisadas apenas como um meio de entretenimento, parecem inofensivas – ou, pelo menos, passam essa imagem a seus usuários” (Rosendo, 2024, s/p).

Na volta de um intervalo, na sexta-feira do dia 10 de maio de 2024, a jornalista Ana Luiza Guimarães, que estava no estúdio do JN no Rio de Janeiro, trouxe uma notícia junto com um vídeo do ministro da Defesa, José Múcio. “O governo federal instalou um grupo de trabalho para combater a divulgação de *fake news* sobre a tragédia no Rio Grande do Sul”, falou a jornalista. Ela ainda complementou que, “segundo a Advocacia-Geral da União, a disseminação de conteúdo falso já está impactando negativamente o trabalho de ajuda às vítimas”.

Em seguida, Ana Luiza chamou o vídeo do ministro, que citou como as *fake news* têm prejudicado as ajudas ao Rio Grande do Sul. “Estamos sendo vítimas, principalmente as Forças Armadas, de *fake news*. Pessoas que, enquanto nós estamos lutando para salvar vidas, estão pensando em eleições, em agredir as pessoas. Isso é um movimento que não tem nada a ver com partido”, ressaltou Múcio, na sonora exibida no JN. Essas mentiras que estavam sendo divulgadas impactaram negativamente no trabalho do governo, por exemplo. Segundo Martins (2024), a disseminação desse tipo de informação é para desqualificar o atendimento do governo, se autopromovendo com a catástrofe com teorias de conspiração. Após a exibição dessa fala, a jornalista se aproxima de um telão e anuncia que o serviço vem atuando no combate a essas mentiras que estavam sendo divulgadas. “Em uma das mentiras, um vídeo mostra um trator dentro de um galpão com doações na cidade de Encantado. A publicação afirma que mantimentos que deveriam ir para pessoas que precisam estão sendo destruídos”, apontou a jornalista (figura 3).

Figura 3: Ana Luiza Guimarães no estúdio do Jornal Nacional



Foto: Globoplay, 2024.

Em seguida, Ana Luiza desmente as imagens, dizendo que elas são de setembro de 2023, durante outra enchente, sem ligação com a tragédia de 2024. Na época, o prefeito de Encantado, Jonas Calvi, explicou que a prefeitura retirou algumas doações do local para receber desabrigados e esclareceu que nada foi jogado fora.

Logo após, o JN exibe outro vídeo que mostra vários bois sendo arrastados por uma enchente. Segundo a apuração do serviço, as imagens foram divulgadas como sendo da tragédia no Rio Grande do Sul, mas na verdade não eram sequer no Brasil. Segundo a apresentadora, são da passagem do furacão Rana pelo México em julho de 2020. O que confirma novamente a análise feita por Rosendo (2024), de que “nas redes sociais, os conteúdos se espalham exponencialmente e chegam ao outro lado do mundo em questão de segundos” (Rosendo, 2024, s/p).

Esses dois casos também se enquadram no conceito de desinformação descrito por Bucci (2022), em que a desinformação é o oposto de tudo o que a gente entende por informação. A desinformação leva à mentira e à ignorância dos fatos. Um apagamento da realidade. O trabalho do serviço de checagem da Globo foi o que levou ao esclarecimento dessas mentiras disfarçadas. Um trabalho minucioso de checagem da informação. Ou seja, os fatos foram colhidos, comparados com o que era de fato verdade, e construída uma notícia. Além disso, essas duas situações se encaixam na manipulação de imagens, explicada por Campos (2018), e que está dentro do guarda-chuva da desinformação. Segundo a autora, uma imagem fora de contexto e até mesmo manipulada é facilmente divulgada como verdadeira.



Depois de falar sobre esses dois vídeos, Ana Paula Guimarães volta a fazer contato com William Bonner. O jornalista volta ao vivo de Porto Alegre, em uma entrevista com o ministro da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, Paulo Pimenta, reforçando a segurança do trabalho do jornalista de ir em uma fonte oficial. Naquela semana, Pimenta encaminhou ao Ministério da Justiça um pedido de investigação de pessoas que, por meio de perfis na internet, estavam divulgando/disseminando desinformação, nas suas palavras.

Com o encaminhamento do processo, o governo buscava coibir quem divulgava esse tipo de conteúdo. Segundo o ministro, algumas dessas *fake news* foram extremamente prejudiciais para o trabalho de resgate. Conforme Pimenta, naquela semana espalharam que oito ou nove pessoas tinham perdido suas vidas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital. Rapidamente se espalhou que a causa disso foi um pedido de socorro não atendido pelo exército.

“Isso foi tão forte que nós tínhamos que mobilizar, tirar equipes que estavam no resgate para ir para esse hospital. Quando chegaram lá, não era verdade”, declarou Pimenta na entrevista. Situações como essa, segundo Martins (2024), tinham a intenção de criar pânico e “comprometer o governo federal com acusações de não estar prestando socorro” (Martins, 2024, s/p).

Ainda na entrevista, o ministro comenta que os militares chegaram no local e foram hostilizados pelas pessoas que acreditaram nas *fake news*, além de atrapalhar o trabalho deles. Após isso, William Bonner questiona sobre publicações que estavam atrapalhando o atendimento do governo no que diz respeito ao resgate da população. Segundo Pimenta, estavam espalhando que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estava impedindo que aviões com remédios chegassem ao estado gaúcho e também que a Receita Federal estava exigindo nota fiscal de donativos, o que, conforme o ministro, era mentira. “Eu fico pensando o que leva uma pessoa a sentar atrás do computador e produzir desinformação e divulgar isso de forma industrial”, finalizou o ministro na entrevista.

Publicamente, ao vivo, essas foram as vezes em que o Jornal Nacional mencionou os termos e trouxe entrevista sobre o assunto, dentro do período analisado, de 6 de maio de 2024 até 15 de maio de 2024. Foram as duas primeiras semanas de cobertura e com William Bonner em Porto Alegre. As duas primeiras semanas em que o povo gaúcho estava implorando por socorro. Um exemplo claro disso foi quando Tomás Absalão chegou a Porto Alegre. “As operadoras falaram:



vamos juntar nossas antenas, porque tem gente no interior do estado que não consegue pedir ajuda. Não tem a ponte para chegar lá, nem helicóptero pra visitar cada canto. Vamos unificar as redes pra facilitar a comunicação”, contou.

O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, cumpriu um dos princípios básicos do jornalismo: dar voz a quem não tem a oportunidade de falar, além de informar. Um jornalismo de socorro e de ajuda. A forma mais forte que o JN encontrou de combater a desinformação e a *fake news* foi coibir a visibilidade nas primeiras semanas para não atrapalhar o trabalho de ajuda às vítimas, visto o impacto de um assunto noticiado em um dos jornais de maior audiência do país. Reforçando o trabalho dos jornalistas, que, diferente da internet, onde um conteúdo é publicado com o objetivo de ganhar curtidas, comentários e viralizar, “para o jornalismo, a informação é algo que, antes de circular, requer cuidados – para proteger seus próprios leitores” (Rosendo, 2024, s/p).

A autora reforça ainda que qualquer informação que cruze com o caminho do jornalista, em qualquer meio, deve ser analisada e confirmada, para depois ser entregue ao público. Um processo respeitado pelos editores do Jornal Nacional, conforme citou Tomás, lembrando de uma situações que envolviam as equipes de resgate e uma mãe com filhos em um barco. Especulações disseram que a equipe deixou um dos filhos cair na água, mas sem confirmação. “A gente não vai embarcar nessa, porque a história está confusa. Eu tenho tanta tragédia, mas tanta tragédia, e isso era uma coisa ruim que envolvia as equipes de resgate. A gente não precisa dar isso. Nós não sabemos a veracidade disso e as informações mudam”, relembrou. Absalão encerrou a entrevista com uma fala marcante e que prova o que foi escrito neste trabalho. “Nós estamos querendo mobilizar o país. Olha só, Brasil, Governo Federal, Governo Estadual, Confederação dos Municípios: Olha pra cá, olha o que está acontecendo aqui. A gente precisa se unir e ajudar o pessoal”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o estudo, e respondendo ao objetivo geral que é de averiguar a cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo no período mais crítico da enchente no estado gaúcho, entre 6 de maio e 15 de maio de 2024, com a intenção de identificar como o noticiário lidou com a desinformação e as *fake news*, observou-se que o Jornal Nacional, da Rede Globo, fundamentou sua cobertura da enchente de 2024 no Rio



Grande do Sul nos princípios da veracidade e precisão para enfrentar a desinformação e as *fake news*. Para responder ao problema de pesquisa, foram retomados os seguintes objetivos específicos: discutir o conceito de notícia e os critérios de noticiabilidade; compreender o fenômeno da desinformação no jornalismo; refletir sobre papel da checagem; contextualizar o histórico do JN; resgatar o cenário da enchente no Rio Grande do Sul em 2024 e, por fim, analisar edições selecionadas do telejornal, contempladas por entrevista com Tomás Absalão, editor de Geral do JN.

Quanto ao primeiro objetivo específico, foi possível identificar que o Jornal Nacional utilizou em todas as suas edições os valores notícia de Seleção, Produção e Construção, apresentados por Traquina (2005) e Wolf (1987). Já no que diz respeito à compreensão da definição de desinformação e *fake news*, o JN soube identificar e mapear as informações duvidosas, fato constante na rotina dos jornalistas responsáveis pela cobertura. Exemplificando, ao esclarecer vídeos de situações distorcidas por meio do serviço “Fato ou Fake”, do Grupo Globo. Já no terceiro objetivo, foi notável a obrigatoriedade de checagem das informações. Como apontado por Tomás Absalão, se uma informação estava confusa demais, não iria entrar no Jornal, pelo menos naquele momento.

Já no resgate histórico do Jornal Nacional, foi observado que o objetivo de mostrar com credibilidade o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo permanece vivo no programa. Ainda, a análise reforçou a estrutura que a emissora tem de realizar grandes coberturas, como a da tragédia do Rio Grande do Sul. Fato citado por William Bonner em sua obra e que é resultado do grande número de afiliadas da Rede Globo espalhadas por todo o país.

No último objetivo específico, que foi contextualizar a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024, o JN cumpriu o seu papel. Trazendo dados em todas as edições, o programa abordava todo dia como estava a situação do estado gaúcho, mantendo a audiência sempre atualizada e localizada.

Destaca-se a entrevista realizada com o editor de Geral do JN, Tomás Absalão, e as edições assistidas, que foram essenciais para se chegar à conclusão dos objetivos e também na resposta da pergunta-problema deste estudo: como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, estruturou sua cobertura jornalística diante da desinformação e das *fake news* durante a enchente no Rio Grande do Sul, em 2024 e quais estratégias adotou para preservar a credibilidade da informação?



A escolha editorial do programa foi criteriosa no processo dos valores notícias, selecionando fatos relevantes, produzindo reportagens por meio de fontes fidedignas após muita checagem, preservando a credibilidade da informação. Desse modo o JN estruturou sua cobertura para combater mentiras e notícias distorcidas espalhadas na época. Por uma necessidade, visto a situação em que o estado gaúcho se encontrava, o telejornal de maior audiência do país optou por ajudar as pessoas, investindo em pautas mais humanizadas sugeridas e observadas pelos repórteres da emissora em campo, analisadas e aprovadas pelos editores-chefes.

Proporcionou voz a quem mais precisava, mostrando para o Brasil o cenário catastrófico que o RS estava vivendo. O editor de Geral do JN, Tomás Absalão, reforçou a premissa sobre “não falar sobre *fake news* e desinformação, para proteger as pessoas que mais precisavam”. Se o jornal insistisse em mostrar pessoas agindo de má fé, o impacto seria negativo, desmotivando os meios de ajuda, impactando nas doações que estavam sendo levadas ao Rio Grande do Sul, conforme Absalão. A decisão certeira de quando destacar o que era desinformação e *fake news* foi estratégica, sem perder o foco na ajuda humanitária, e abordada de forma responsável e ética. Esclarecendo os fatos e alertando sobre os prejuízos que a desinformação e as *fake news* podem causar em uma tragédia como essa.

Para estudos futuros, recomenda-se pesquisas que explorem o papel das redes sociais na propagação de *fake news* durante a tragédia. Um estudo que possa investigar como plataformas digitais, influenciadores e usuários comuns atuaram na divulgação de mentiras e desinformações. Além disso, outra abordagem pode analisar a articulação entre redações locais, como a RBS TV, e redações centrais, como a do Jornal Nacional no Rio de Janeiro, em coberturas de crises e o papel da colaboração na verificação de informações.

REFERÊNCIAS

ABSALÃO, Tomás. **Entrevista com Tomás Absalão, editor de geral do Jornal Nacional** [Março. 2025]. Luís Gustavo Casagrande Pedro Miguel. Rio de Janeiro, 2025. Presencial, com gravação em áudio.

BONNER, William. **Jornal Nacional**: Modo de Fazer. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

BUCCI, Eugenio. Ciências da Comunicação contra a desinformação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 2, p. 5–19, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v27i2p5-19. Disponível em:



<<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/202533>> Acesso em: 17 out. 2024.

CAMPOS, Lorraine Vilela. "**O que são Fake News?**". 2018. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>> Acesso em: 12 out. 2024.

CASTILHO, Carlos. **A desinformação no quotidiano do jornalismo**. 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/desinformacao/a-desinformacao-no-quotidiano-do-jornalismo/>> Acesso em: 07 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS**. 2025. Disponível em: <[Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS - 24/4/25 - Defesa Civil do Rio Grande do Sul](#)> Acesso em: 29 jun. 2025.

FRANCFORTE, Elmo. **A história da televisão brasileira pra quem tem pressa**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Valentina, 2022.

GARABEDIAN, Gabriela. **A História e Evolução do Jornal no Brasil**: entenda mais como iniciou essa história. 2020. Disponível em: <<https://blog.accurate.com.br/a-historia-de-como-iniciou-o-jornal-no-brasil/>> Acesso em: 18 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO ADS. **Atlas de Cobertura**. 2024. Disponível em: <<https://globoads.globo.com/conhecimento/atlas-de-cobertura?page=1&perPage=1>> Acesso em: 30 jun. 2025.

GOIÁS. Tribunal Regional Eleitoral. **Fake news x desinformação**: entenda qual é a diferença entre os termos. 2023. Disponível em: <<https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/fake-news-x-desinformacao-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-os-termos>> Acesso em: 07 out. 2024.

GUITARRARA, Paloma. **Enchentes no Rio Grande do Sul**. 2024. Disponível em: <[Enchentes no Rio Grande do Sul: causas, efeitos - Brasil Escola](#)> Acesso em: 20 abr. 2025.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News & Desinformação**: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>> Acesso em: 09 out. 2024.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca**: guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Rui. **Além das inundações, uma enxurrada de fake news**. 2024. Disponível em <[Além das inundações, uma enxurrada de fake news | Observatório da Imprensa](#)> Acesso em: 28 de abr. 2025.



MEMÓRIA GLOBO. Jornal Nacional: Concepção e estreia. 2024. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/concepcao-e-estreia.ghtml>> Acesso em: 13 out. 2024.

NEGÓCIOS GLOBO. Atlas de Cobertura. 2024. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170703180251/http://comercial2.rede globo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Totalizador.aspx>> Acesso em: 21 de out. 2024.

OLIVEIRA, Andressa. Desinformação e o uso da Inteligência artificial nas eleições municipais. 2024. Disponível em <<https://objethos.wordpress.com/2024/08/26/desinformacao-e-o-uso-da-inteligencia-artificial-nas-eleicoes-municipais/>> Acesso em: 12 out. 2024.

OLIVEIRA, Talita Gantus. A naturalização dos desastres climáticos e do silêncio da mídia. 2025. Disponível em: <[A naturalização dos desastres climáticos e do silêncio da mídia | Observatório da Imprensa](#)> Acesso em 20 abr. 2025.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

PRAZERES, Michelle; RATIER, Rodrigo. O fake é fast? Velocidade, desinformação, qualidade do jornalismo e media literacy. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2020v17n1p86>> Acesso em: 10 out. 2024.

REIS, Flávia Florentino Marcondes. Jornalismo e História: fonte, memória e interdisciplinaridade. 2007. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1704/3/FFMReis.pdf>> Acesso em: 12 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. Enfrentamento à Desinformação. Disponível em: <<https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/enfrentamento/enfrentamento-a-desinformacao>> Acesso em: 07 out. 2024.

ROCHA, Marco Aurélio. O poder da desinformação: Fake-news, desonestade intelectual e Pós-verdade. 2020. Disponível em: <<https://oabms.org.br/artigo-o-poder-da-desinformacao-fake-news-desonestidade-intelectual-e-pos-verdade-marco-rocha/>> Acesso em: 11 set. 2024.

ROSENDÓ, Ana Julia Storti. A importância do Jornalismo Local na Era da Desinformação. 2024. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/digital/a-importancia-do-jornalismo-local-na-era-da-desinformacao/>> Acesso em: 09 out. 2024.

SILVA, Matheus Rocha. Os perigos da desinformação: como evitar esse tipo de conteúdo? 2022. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/seguranca/243476-perigos-desinformacao-evitar-tipo-conteudo.htm>> Acesso em 12 out. 2024.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, Volume I: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.



VIZEU, Alfredo; SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. **O telejornalismo:** o lugar de referência e a revolução das fontes. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil:** história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Disponível em: <[WOLF, Mauro - Teorias da Comunicação.pdf - Google Drive](#)> Acesso em 20 jan. 2025.